



## **TRANSFORMANDO ECONOMIAS INFORMAIS: Uma Análise do Impacto do Microcrédito no Rio de Janeiro**

Autor<sup>1</sup>

Co-autora<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa o impacto do microcrédito no Rio de Janeiro, destacando seu papel na transformação de economias informais. Focado nas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), o estudo examina os mecanismos de microfinanciamento da Finep e BNDES no estado, ressaltando iniciativas como Viva Cred, Crediamigo e o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) da AgeRio. Ao abordar a informalidade econômica na região metropolitana, a pesquisa destaca o microcrédito como uma ferramenta eficaz no combate à informalidade, oferecendo alternativas flexíveis que incentivam a formalização dos negócios. O estudo conclui que o microcrédito, ao proporcionar condições acessíveis, estimula a inclusão financeira, contribuindo para o crescimento econômico sustentável e apresenta estudos de caso exemplares, como a Barbearia DH, "Brincalalá" e a Cervejaria Complexo do Alemão, demonstrando como o microcrédito impulsionou o sucesso desses empreendimentos e contribuiu para a dinâmica econômica local.

### ABSTRACT

This article analyzes the impact of microcredit in Rio de Janeiro, highlighting its role in transforming informal economies. Focused on micro, small and medium-sized companies,

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Estado de Goiás

<sup>2</sup> Beatriz Rezende;  
Estudante de Ensino Médio do Colégio Arena

the study examines the microfinancing mechanisms of *Finep* and *BNDES* in the state, highlighting initiatives such as *Viva Cred*, *Crediamigo* and *AgeRio's* oriented productive microcredit. When addressing economic informality in the metropolitan region, the research highlights microcredit as an effective tool in combating informality, offering flexible alternatives that encourage business formalization. The study concludes that microcredit, by providing accessible conditions, stimulates financial inclusion, contributing to sustainable economic growth and presents exemplary case studies, such as *Barbearia DH*, *Brincalalá* and *Cervejaria Complexo do Alemão*, demonstrating how microcredit has boosted the success of these ventures and contributed to local economic dynamics.

**Palavras-chave:** microcrédito, economia informal, desenvolvimento econômico, inclusão financeira.

## INTRODUÇÃO

O microcrédito emerge como uma ferramenta vital na transformação de economias informais, desempenhando um papel crucial na promoção do desenvolvimento econômico e na inclusão financeira de empreendedores de pequena escala. Esta revisão literária visa analisar o impacto do microcrédito no contexto específico do Rio de Janeiro, considerando suas peculiaridades econômicas e sociais.

O microcrédito no Brasil, ancorado na concessão de empréstimos de baixo valor, desempenha um papel significativo na oferta de recursos financeiros a pequenos empreendedores informais e microempresas. A abordagem brasileira, seguindo uma corrente minimalista, enfatiza a concessão de crédito assistida, com análise socioeconômica realizada por agentes de crédito. O estudo concentra-se nas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), definidas a frente e explora os mecanismos de microfinanciamento oferecidos pela Finep e BNDES no Estado do Rio de Janeiro.

**Tabela 1: Taxa de Penetração de Microfinanças – Brasil (2001) e Outros Países (1999)**

<b>PAÍS</b>	<b>TAMANHO ESTIMADO DE MERCADO</b>	<b>CLIENTES ATIVOS</b>	<b>TAXA DE PENETRAÇÃO</b>
<b>BOLÍVIA</b>	232.353	379.117	163%
<b>NICARÁGUA</b>	116.375	84.285	72%
<b>EL SALVADOR</b>	136.311	93.808	69%
<b>PARAGUAI</b>	82.984	30.203	36%
<b>PERU</b>	618.288	185.431	30%
<b>CHILE</b>	307.832	82.825	27%
<b>BRASIL</b>	7.875.570	158.654	2%

FONTE: NETO, 2006.

O microcrédito no Rio de Janeiro é exemplificado por iniciativas como a Viva Cred, originada em 1997, e o programa Crediamigo, implementado em 2009. A AgeRio, com seu Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), desempenha um papel fundamental, oferecendo financiamento a empreendedores formais e informais com taxas reduzidas e orientação especializada.

A informalidade econômica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é analisada, remontando às condições históricas que deram origem a essa prática. O microcrédito surge como um instrumento eficaz no combate à informalidade, fornecendo alternativas acessíveis e flexíveis que incentivam a formalização dos negócios.

O sistema financeiro brasileiro enfrenta desafios ao atender às necessidades das micro e pequenas empresas, bem como dos trabalhadores autônomos. O microcrédito, ao oferecer condições mais acessíveis, estimula a formalização, promove a inclusão financeira e

contribuiu para o crescimento econômico sustentável. Ao fim, este artigo apresenta estudos de caso exemplares, como a Barbearia DH, o empreendimento "Brincalalá" e a Cervejaria Complexo do Alemão, destacando como o microcrédito impulsionou o sucesso desses empreendedores e contribuiu para a dinâmica econômica local.

## Microcrédito

O microcrédito pode ser entendido como

a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito direcionado à produção – capital de giro e investimento – e é concedido com o uso de metodologia específica (Alexandre, p.8, 2010).

49

A abordagem brasileira do microcrédito é fundamentada na concessão de crédito assistida, visando minimizar a burocracia ao máximo. Antes de conceder o crédito, realiza-se uma análise socioeconômica do empreendedor, na qual são avaliadas a intenção e a capacidade do cliente. Esse processo é conduzido pelo Agente de Crédito, que se desloca até o local de atividade produtiva. O agente avalia as necessidades e as condições de pagamento, além de acompanhar o progresso do negócio ao longo do tempo. Quando o microcrédito é destinado a um único indivíduo, são exigidas garantias semelhantes às do sistema tradicional, como fiador ou alienação de bens.

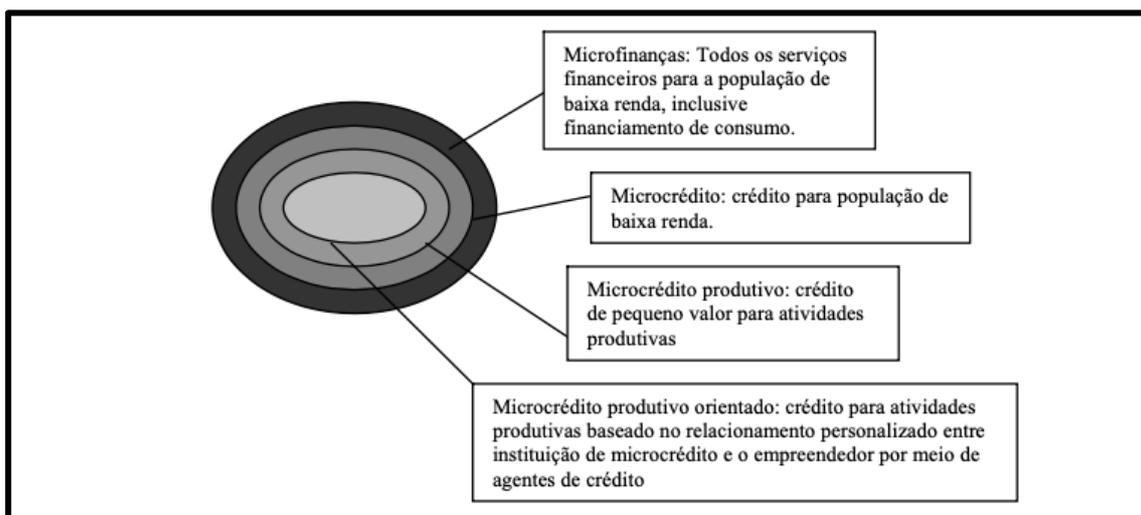
Existem atualmente duas correntes ideológicas ligadas à forma de tratamento do cliente em relação ao microcrédito. A primeira é chamada de desenvolvimentista e, como o nome sugere, defende que o microcrédito deve ser usado como um instrumento de combate à pobreza, associado a outras formas de apoio ao pequeno empreendedor. A segunda, conhecida como minimalista, defende que as instituições de microfinanças devem respeitar a sustentabilidade, oferecendo serviços financeiros, sem a necessidade de vincular a concessão à capacitação prévia. No Brasil, segue-se a corrente minimalista (Alexandre, 2010).

Segundo Mário Monzoni,

no Brasil recente, instituiu-se uma diferenciação entre três serviços de crédito: o microcrédito, o microcrédito produtivo e o microcrédito produtivo e orientado. O primeiro refere-se ao crédito para população de

baixa renda. O segundo é o crédito de pequeno valor para atividades produtivas. Já o terceiro refere-se ao crédito para atividades produtivas baseado no relacionamento personalizado entre a instituição de microcrédito e o empreendedor, por meio de agentes de crédito (Monzoni, p.25, 2006).

**Figura 1: Conceito de Microfinanças, Microcrédito, Microcrédito Produtivo e Microcrédito Produtivo e Orientado.**



FONTE: Alexandre, 2010.

### **Operações de Micro Finança e Intermediação Financeira**

Os objetos desse estudo serão micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), que serão definidas de acordo com o Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que as define como:

- i. Microempresas: até 19 empregados;
- ii. Pequenas empresas: de 20 a 99 empregados;
- iii. Médias empresas: de 100 a 499 empregados.

No Brasil, existem dois principais órgãos envolvidos com o financiamento de MPMEs: a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Nesse estudo, serão analisados os principais mecanismos de micro financiamento desses dois órgãos nos limites do Estado do Rio de Janeiro.

A Finep é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Caracteriza-se, mais especificamente, como uma agência federal de fomento à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, atuando em todas as áreas do processo inovador. Foi criada em 1967, com o objetivo de institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos e Programas, constituído em 1965 (DE PAULA, 2015).

Já o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é uma empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Fundado em 1952, o banco atualmente é o principal instrumento de financiamento de longo prazo no Brasil. O BNDES estabeleceu, em seu Planejamento Corporativo para o período de 2009 a 2014, que a inovação, o desenvolvimento local e regional, e a preservação socioambiental são fundamentais para impulsionar a economia atual. Esses aspectos devem ser prioritários e receber destaque em todos os projetos apoiados pela instituição.

Em 2012, a linha de crédito BNDES Inovação foi estabelecida com o propósito de elevar a competitividade por meio de investimentos em inovação incorporados à estratégia empresarial, englobando melhorias tanto em produtos e procedimentos quanto em estratégias de marketing. O banco proporciona condições vantajosas de financiamento para empresas de pequeno e médio porte. A pesquisa analítica realizado por Ernani Filho e Fernando Puga (2006) conclui que o apoio financeiro teve impacto positivo nas empresas que receberam financiamento do BNDES, em comparação com aquelas que não obtiveram apoio, durante o período de 2001 a 2005. A análise também indicou que os financiamentos contribuíram para o aumento de empregos, sendo mais expressivos nas pequenas empresas financiadas.

O BNDES também oferece suporte a investimentos nas micro, pequenas e médias empresas por meio de três produtos: BNDES Automático, Cartão BNDES e Limite de Crédito. O primeiro disponibiliza financiamentos de até R\$ 20 milhões para projetos de implantação, expansão, modernização de empreendimentos e, inclusive, para investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O segundo é um crédito rotativo

preestabelecido de até R\$ 1 milhão, destinado a financiar investimentos e aquisições de produtos aprovados, inclusive serviços inovadores.

Por sua vez, o Limite de Crédito é uma linha de crédito rotativa direcionada a clientes do BNDES com baixo risco de inadimplência, conforme definido pelo BNDES em 2014. No contexto do BNDES Automático, o Programa MPME Inovadora, introduzido em 2014, oferece financiamento para micro, pequenas e médias empresas a fim de apoiar investimentos necessários para a introdução de inovações no mercado. O BNDES declara que as empresas que tenham faturamento anual de até R\$ 90 milhões e que tenham investido em serviços tecnológicos através do Cartão BNDES a partir de 2011, ou que tenham participado dos programas SIBRATEC, SEBRAETEC ou SENAI SESI de Inovação, se enquadram nos critérios estabelecidos.

O BNDES e a Finep dispõe de algumas modalidades de financiamento para MPMEs, sendo elas:

- i. Financiamento reembolsável: disponibilização de recursos financeiros para promover inovações dentro das empresas do Brasil, seguindo as orientações do Governo Federal. Os períodos, taxas e demais termos do empréstimo são determinados conforme as diretrizes estabelecidas na Política Operacional das duas instituições, podendo-se aplicar a equalização da taxa de juros.
- ii. Financiamento não reembolsável: é possível oferecer a entidades públicas ou organizações privadas sem fins lucrativos para respaldar iniciativas de natureza científica, tecnológica e inovadora.

A modalidade de subvenção econômica consiste na aplicação de recursos públicos não reembolsáveis, diretamente em empresas, para que sejam compartilhados com elas os custos e riscos inerentes das atividades inovadoras. Trata-se de um instrumento largamente utilizado nos países desenvolvidos (FINEP, p. 1, 2019).

- iii. Investimento via Capital de Risco:

uma forma de financiamento que consiste na participação, por meio da aquisição de ações ou de outros instrumentos financeiros que não exigem garantias, em empresas ou empreendimentos com grande potencial de crescimento, em troca da perspectiva de um alto retorno a médio e longo prazos (PINTO, p.166, 1997).

Devido às suas especificidades, as PMEs são as que mais se adequam a esse instrumento, em especial, as empresas inovadoras de base tecnológica, que não têm acesso ao mercado de capitais ou a outras formas tradicionais de financiamento, mas que oferecem perspectivas de retorno elevadas (PINTO, p.168, 1997).

### **Informalidade na Economia Carioca**

A informalidade econômica refere-se à prática de atividades econômicas que ocorrem fora dos limites e regulamentações estabelecidos pelo Estado. Estas atividades são caracterizadas pela ausência de registro formal, contratos formais de trabalho, pagamento de impostos e outras obrigações legais. Na informalidade, as transações muitas vezes ocorrem de maneira direta entre as partes envolvidas, sem a mediação de instituições oficiais. Exemplos comuns de informalidade incluem vendedores ambulantes, prestadores de serviços autônomos não registrados e trabalhadores informais.

A presença da informalidade resulta do crescimento das atividades modernas, as quais apresentam uma oferta de trabalho maior do que a demanda, como evidenciado pela escassez de oportunidades na área rural e pela chamada revolução microeletrônica, que incorporou avanços técnicos às atividades modernas. A heterogeneidade de atividades laborais é uma das características centrais da informalidade. Além dos trabalhadores sem carteira de trabalho e/ou vínculo formal, a economia informal inclui a mão-de-obra autônoma (ou trabalhador por conta própria) e pequenos empregadores. Estes últimos se engajam em uma variedade de ocupações, como músicos, costureiras, sapateiros, mecânicos, cabeleireiros, professores particulares, entre outros. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é um exemplo eloquente desse fenômeno da informalidade (Guerra, 2009).

A história da informalidade na economia carioca remonta a períodos históricos em que a urbanização e industrialização aceleradas coexistiam com a precariedade das condições de trabalho. Desde o início do século XX, o Rio de Janeiro, como centro econômico e cultural do Brasil, atraiu uma população heterogênea em busca de oportunidades. O crescimento populacional e a urbanização rápida criaram um contexto propício para o surgimento da informalidade, uma vez que muitos indivíduos recém-chegados eram

compelidos a buscar meios de subsistência fora das estruturas tradicionais do mercado de trabalho formal (Guerra, 2009).

No cenário dos ocupados sem carteira, destaca-se uma camada mais jovem motivada por diversas razões, como a falta de experiência na profissão e a realização de estágios, por exemplo. A probabilidade de conseguir emprego e as perspectivas de ganhos ao longo da carreira de um estudante universitário incompleto que atua como estagiário em uma grande empresa diferem significativamente das oportunidades e expectativas profissionais de um trabalhador em pequenos estabelecimentos comerciais ou no setor de serviços. Essa distinção representa uma categorização no âmbito da segmentação.

Nesse contexto, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro assume um perfil de conta própria, onde a obtenção de renda não é uniforme entre aqueles sem carteira e os autônomos. A renda do trabalhador sem carteira pode depender de sua produtividade ou de intervenções sindicais, enquanto o trabalhador por conta própria está sujeito às características de seu negócio e à renda de seus clientes. Segundo dados do IBGE, mais de 20% dos trabalhadores apontam a restrição ao mercado formal como um fator significativo para ingressar na economia informal. Esse dado contrapõe o paradigma de exclusão, indicando que a entrada no mercado informal ocorre devido à falta de oportunidades no setor formal.

**Tabela 2: Proprietários de empresas do setor informal, por gênero, segundo o motivo que os levou a iniciar o negócio – 2003**

Motivo	%	Homens	%	Mulheres	%	Total
Não encontrou emprego	22,43	150.149	7,36	49.278	29,79	199.427
Horários flexíveis	1,46	9.767	1,98	13.274	3,44	23.041
Independência	14,64	97.994	5,32	35.612	19,96	133.606
Tradição familiar	6,63	44.375	1,43	9.578	8,06	53.953
Complementação de renda	7,85	52.577	11,69	78.311	19,55	130.888
Experiência na área	6,72	44.973	0,88	5.874	7,60	50.847
Negócio promissor	4,55	30.494	1,05	7.014	5,60	37.508
Outro motivo	2,93	19.585	3,08	20.618	6,01	40.203
<b>Total</b>	<b>67,21</b>	<b>449.914</b>	<b>32,79</b>	<b>219.559</b>	<b>100,00</b>	<b>669.473</b>

FONTE: ECINF – Economia Informal Urbana IBGE, 2003; GUERRA, 2009.

### Microcrédito no Rio de Janeiro: Viva Cred, Crediamigo e AgeRio

A oferta de microcrédito surgiu na cidade do Rio de Janeiro em 1997 com a instituição Viva Cred. A Viva Cred teve sua origem a partir de uma iniciativa da Viva Rio, uma ONG estabelecida no Rio de Janeiro em 1993 em resposta a uma crise na cidade que focava seus esforços a membros de comunidades da cidade. Utilizando a metodologia de crédito individual, a atuação da Viva Cred estava inicialmente restrita à comunidade da Rocinha, expandindo-se posteriormente para outras localidades. Hoje, além da matriz na Rocinha, há unidades presentes na comunidade do Rio das Pedras, na Maré, na Glória, na Zona Oeste, e uma unidade no interior do Estado, situada em Macaé.

Ao fornecer crédito individual, a instituição estipula que o negócio esteja operando por pelo menos seis meses. O montante do crédito, destinado a capital de giro ou ativo fixo,

varia de R\$300,00 a R\$15.000,00. O prazo para os empréstimos pode chegar a doze meses, se o destino for capital de giro, e até vinte e quatro meses, se for para capital fixo. A taxa de juros é de 3,9%, com uma taxa de abertura de crédito (TAC) entre 2% e 5%. A garantia necessária para obter o empréstimo é a apresentação de um fiador, embora essa exigência seja dispensada para clientes com um histórico de crédito positivo (Alexandre, 2010).

As operações de microcrédito na instituição têm um valor médio de R\$ 1.802,00, com um prazo médio de dez meses. No final de 2008, o saldo da carteira da instituição era de R\$ 4.437.766, composta por 3.407 clientes. A taxa de inadimplência girava em torno de 4%, e as operações de microcrédito representavam uma perda de 1,89% do capital investido para a instituição (Alexandre, 2010).

Em 1999, a Viva Cred adquiriu o status de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP. A partir de fevereiro de 2009, a organização iniciou a implementação do programa Crediamigo no Rio de Janeiro. O Crediamigo aumenta consideravelmente a chance de atingir uma parcela significativa desse público, graças às taxas de juros mais baixas, a um volume financeiro mais substancial e à habilidade gerencial de um programa que é reconhecido não apenas no Brasil, mas também na América Latina. Além desses aspectos positivos, a parceria trouxe um grande impulso para a Viva Cred ao possibilitar a oferta de microcrédito por meio da metodologia do crédito solidário.

De acordo com Maraysa R. Alexandre,

As etapas para a concessão de crédito com o aval solidário são: a solicitação de crédito que é o preenchimento de formulários de cadastros, recolhimento de documentos e a realização de pesquisas cadastrais; visita de avaliação feita pelo agente de crédito na qual ele faz a análise da necessidade do crédito e da capacidade de pagamento, além de avaliar a afinidade entre os componentes do grupo; reunião do grupo que é dirigida pelo agente de crédito e, nela ocorre à consolidação do crédito sendo detalhadas as condições do empréstimo e o membro do grupo solicita o valor do crédito, além disso, é escolhido o nome do grupo e é eleito o coordenador que ficará responsável pelo boleto único; desembolso que é a liberação do dinheiro na conta de cada componente; acompanhamento do crédito na qual se verifica a aplicação do crédito (Alexandre, p.39, 2010).

Por meio da parceria, a Viva Cred ampliou seu leque de produtos, adotou taxas mais acessíveis e passou a requerer dos clientes a posse de uma conta bancária para receber o crédito. Outras alterações incluíram a implementação de uma análise mais detalhada, o que pode resultar em uma tramitação mais demorada do crédito, e a obrigatoriedade de um fiador ou aval solidário em todos os casos de concessão, mesmo para clientes com um histórico de crédito favorável, algo que anteriormente não era exigido nesses casos. Além disso, a Viva Cred implementou diversas mudanças, incluindo um processo de seleção mais aprofundado, um programa de treinamento mais estruturado, uma abordagem de cobrança mais rigorosa e uma presença mais ativa dos agentes de crédito no campo, promovendo atividades como mutirões e palestras.

O Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) da AgeRio oferece financiamento para empreendedores formais e informais a taxas de juros reduzidas, com a orientação de profissionais competentes. Em colaboração com o Sebrae, o programa também proporciona educação financeira. A Agência, por meio de seus agentes de crédito, analisa o negócio do empreendedor, avaliando a necessidade de crédito, a capacidade de pagamento e a capacidade de geração de renda. Após a formalização do contrato, a Agência monitora o uso adequado do investimento produtivo. A proximidade dos agentes de crédito junto aos microempreendedores de baixa renda foi fundamental para alcançar os casos de sucesso que serão apresentados e analisados adiante.

Tendo isso em mente, a AgeRio reavaliou a possibilidade de reintegrar a atuação dos agentes de crédito nas comunidades mais carentes. De acordo com a AgeRio,

O Programa contará com agentes locais, responsáveis por atuar diretamente em locais de baixa renda. O objetivo do projeto é aumentar a oferta de financiamentos a fim de transformar a realidade dos microempreendedores (AgeRio, 2019).

### **Microcrédito no Combate à Informalidade Carioca**

A esse ponto, não é exagero afirmar que o sistema financeiro brasileiro apresenta deficiências no atendimento às necessidades das micro e pequenas empresas, além de não ser eficaz para os trabalhadores autônomos. O principal desafio para os pequenos

empresários ao buscar recursos é a falta de garantias, uma barreira que as instituições financeiras enfrentam ao tentar reduzir o risco das operações. Isso ocorre devido à escassez de informações confiáveis sobre os negócios e à dificuldade dos bancos em avaliar os riscos sem garantias sólidas.

Os investimentos não recebem o respaldo do setor bancário, que reluta em compartilhar os riscos dos negócios. Assim, o setor informal carece de investimentos, e quando ocorrem, são predominantemente financiados com recursos próprios. Embora os bancos desempenhem um papel crucial na economia ao fornecer crédito, captar depósitos e oferecer uma variedade de serviços, a falta de apoio ao setor de pequenos negócios limita seu impacto no desenvolvimento econômico.

No contexto brasileiro, especialmente para aqueles que buscam pequenos empréstimos, o sistema financeiro está estruturado com base nas necessidades de financiamento do setor público e nos elevados riscos de crédito. Os bancos emprestam a poucos, aplicando spreads elevados e concentrando suas operações em um grupo limitado de clientes, evitando a expansão significativa do volume de crédito.

A relação entre empresários e bancos é geralmente pontual, localizada e de curto prazo. Os bancos raramente financiam investimentos, e quando o fazem, impõem exigências que encarecem os recursos. Isso acaba comprometendo a capitalização dos negócios, resultando em uma contribuição limitada do sistema bancário brasileiro para o financiamento de novos empreendimentos. A falta de compartilhamento de riscos entre bancos e empresários leva a uma drenagem significativa dos ganhos das empresas que dependem dos bancos para seus negócios. Nesse cenário, a demanda por crédito é naturalmente baixa, pois os tomadores de empréstimos preferem contar com capital próprio para gerir suas atividades, cientes de que o acesso a financiamentos bancários pode comprometer a saúde de seus negócios (Santos, 2009).

Assim, conclui-se que o microcrédito, ao oferecer condições mais acessíveis e flexíveis, incentiva a formalização ao prover alternativas financeiras atrativas. Isso não apenas impulsiona a inclusão financeira, mas também cria um ambiente propício para o

crescimento econômico sustentável. O estímulo à expansão de pequenos empreendimentos impulsiona a demanda por mão de obra formalizada, reduzindo as taxas de desemprego e fomentando a dinâmica econômica local.

Existem três exemplos interessantes do papel do microcrédito no combate à informalidade no Rio de Janeiro – todos impulsionados pelo MPO da AgeRio anteriormente analisado. São eles: Barbearia DH, “Brincalalá” e Cervejaria Complexo do Alemão.

Em 2020, Horácio Silva de Mattos foi um dos empreendedores beneficiados com um microcrédito de R\$ 5 mil. Ele é o proprietário da DH Barbearia, um estabelecimento ativo desde 2013 na Rocinha, no Rio de Janeiro. A Rocinha é a maior favela do Brasil, está situada na Zona Sul do Rio de Janeiro e abriga aproximadamente 70 mil habitantes. O surgimento da Rocinha remonta à subdivisão de chácaras na antiga Fazenda Quebracangalha, dando origem a uma comunidade caracterizada por disparidades socioeconômicas e enfrentando desafios significativos de infraestrutura. O empreendimento representa a realização de um sonho antigo de Horácio, que começou a economizar dinheiro para tornar sua ideia uma realidade. Utilizando os recursos do microcrédito, ele pôde reformar o espaço, repor o estoque e enfrentar as despesas decorrentes do período de isolamento social (Pamplona, 2023).

Com o objetivo de contribuir para a educação de crianças com idades entre um e cinco anos, Samara Teixeira inovou na proposta do seu empreendimento, o "Brincalalá". A concepção visa reinventar a experiência das tradicionais festas infantis, incorporando elementos como música, contação de histórias, artes plásticas e atividades que promovem o desenvolvimento psicomotor.

Para viabilizar essa iniciativa, a empreendedora recorreu à AgeRio e obteve um financiamento de R\$15 mil. Essa quantia foi direcionada para a aquisição de brinquedos e materiais essenciais para as recreações, realizando em média oito festas por mês nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro. Samara foi reconhecida como uma das vencedoras do Prêmio Empreendedor 2015, na categoria Negócio Criativo (Xerez, 2018).

Por fim, Marcelo Ramos e Gabriel Romualdo, genro e sogro, respectivamente, deram início à sua jornada empresarial estabelecendo um bistrô de cervejas artesanais na garagem de casa. A proposta de obtenção de crédito para aprimorar e transformar o espaço foi apresentada à AgeRio pelos empreendedores. O bistrô, conhecido como Estação R&R, alcançou sucesso na região do Complexo do Alemão. O Complexo do Alemão, situado na Zona Norte do Rio de Janeiro, é um dos bairros mais recentes da cidade. Sua criação, em 1993, resultou da promulgação da lei nº 2055. Com uma população de aproximadamente 180 mil habitantes, o bairro é composto pelas comunidades de Nova Brasília, Reservatório, Alvorada, Morro das Palmeiras, Casinhas, Fazendinha, Canitá, Pedra do Sapo, Mineiros, Morro do Adeus, Morro da Baiana, Matinha, Grota (também conhecida como Joaquim Queiroz) e Morro do Alemão.

Ao ampliar seu portfólio para mais de 300 marcas nacionais e internacionais, o bistrô atraiu tanto o público local quanto visitantes de fora da comunidade. Com o suporte financeiro providenciado pela AgeRio, incluindo créditos para capital de giro e investimento fixo, os empreendedores decidiram lançar a própria marca, denominada "Complexo do Alemão". Em 2015, o bistrô alcançou um faturamento semanal de 7,3 salários mínimos. A introdução de sua própria linha de cerveja artesanal rendeu-lhes o reconhecimento, conquistando o prêmio "Negócios de Sucesso" no mesmo ano (Brito, 2018).

### **Conclusão**

Em suma, uma das principais constatações desse estudo é que o microcrédito, ao oferecer condições mais acessíveis e flexíveis, apresenta-se como um instrumento eficaz no combate à informalidade. Os desafios enfrentados por pequenos empresários e trabalhadores autônomos ao buscar recursos junto ao sistema financeiro convencional, caracterizado pela falta de garantias e pela relutância em compartilhar riscos, são amenizados pelo microcrédito. Ao prover alternativas financeiras atrativas, o microcrédito não apenas impulsiona a inclusão financeira, mas também cria um ambiente propício para o crescimento econômico sustentável.

No contexto brasileiro, marcado por deficiências no atendimento às necessidades das micro e pequenas empresas, o microcrédito surge como um catalisador essencial para o desenvolvimento do setor informal. Os investimentos no setor informal frequentemente dependem de recursos próprios, dada a falta de respaldo do setor bancário, que reluta em compartilhar os riscos dos negócios. Esta dinâmica resulta em uma contribuição limitada do sistema bancário para o financiamento de novos empreendimentos, o que, por sua vez, impacta negativamente a expansão dos pequenos negócios.

Os casos específicos apresentados ilustram vividamente os impactos positivos do microcrédito na vida dos empreendedores e na dinâmica econômica das comunidades. Esses exemplos não apenas evidenciam a diversidade de setores beneficiados pelo microcrédito, mas também ressaltam a importância do suporte financeiro na realização de sonhos e na consolidação de empreendimentos bem-sucedidos.

Todas as análises apontam para a importância contínua do microcrédito como um agente transformador nas economias informais. A inclusão financeira, o estímulo ao empreendedorismo, a geração de empregos formais e o impulso ao desenvolvimento econômico local são aspectos interconectados que reforçam a relevância do microcrédito como uma ferramenta poderosa na busca por sociedades mais inclusivas e sustentáveis. Ao avançar, é essencial a contínua colaboração entre instituições financeiras, governos e organizações não governamentais para expandir e aprimorar programas de microcrédito, impulsionando assim a transformação positiva das economias informais ao redor do mundo.

## REFERÊNCIAS

AGERIO. Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro. Novidade para os microempreendedores. Acesso em: 19 dez. 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/agenciaestadualdefomentodorj/photos/a.454808281243364/2701714893219347/?type=3&theater>.

ALEXANDRE, Maraysa Ribeiro. *Histórico do microcrédito na Brasil, com foco na cidade do Rio de Janeiro: surgimento, evolução e tendência*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

BRITO, Y. Cervejaria Complexo do Alemão. Disponível em: <<https://www.agerio.com.br/casos-de-sucesso/cevejaria-complexo-do-alemao/#>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

DE PAULA, Gabriela. *Mecanismos de Financiamento à inovação para micro, pequenas e médias empresas no Brasil*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015.

FINEP. *Subvenção Econômica para Inovação*, 2019. Disponível em: [https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/fundos/fndct/paginas/subvencao\\_economica\\_para\\_inovacao.html#:~:text=A%20FINEP%20%C3%A9%20o%20principal,inherentes%20%C3%A0s%20atividades%20de%20inova%C3%A7%C3%A3o](https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/fundos/fndct/paginas/subvencao_economica_para_inovacao.html#:~:text=A%20FINEP%20%C3%A9%20o%20principal,inherentes%20%C3%A0s%20atividades%20de%20inova%C3%A7%C3%A3o).

GUERRA, Carlos Renato Bussinger. *Informalidade na região metropolitana do Rio de Janeiro a partir de 1990*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *ECINF – Economia Informal Urbana*, 2003. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9025-economia-informal-urbana.html>. Acesso em: 09 dez. 2023.

NETO, Mário Prestes Monzoni. *IMPACTO EM RENDA DO MICROCRÉDITO: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia) no Município de São Paulo*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2006.

PAMPLONA, C. L. B. DH Barbearia. Disponível em: <<https://www.agerio.com.br/casos-de-sucesso/dh-barbearia/#>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

PINTO, Luciane. *Capital de risco: Uma Alternativa de Financiamento às Pequenas e Médias Empresas de Base Tecnológica – O caso do Contec*. 7. ed. Rio de Janeiro: Revista do BNDES, 1997.

SANTOS, Gilvan Nunes. *O Microcrédito no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

XEREZ, T. Brincalalá. Disponível em: <<https://www.agerio.com.br/casos-de-sucesso/brincalala/#>>. Acesso em: 20 dez. 2023.